**IMPÔSTO DE TRANSMISSÃO — JAZIDAS — PROPRIETÁRIO
DO SOLO**

*— É ilegal a cobrança do impôsto de transmissão na
versão de direitos sôbre jazidas, para a constituição de capi-
tal de sociedade mercantil.*

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Estado de São Paulo *versus* Cia. Mineração de São Mateus
Recurso extraordinário n.º 36.315 — Relator: Sr. Ministro
LAFAYETTE DE ANDRADA

ACÓRDÃO

Vistos, etc. Acordam os Juizes da
2.^a Turma do Supremo Tribunal Fe-
deral, por maioria, conhecer do recurso
e dar-lhe provimento, conforme o rela-

tório e notas taquigrafadas. Custas pela
recorrida.

Rio, 22 de outubro de 1957. — **A. G.
L. de Andrada**, Presidente. — **A. A. da
Costa**, designado para o acórdão

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Lafayette de Andrada — Decidiu o Tribunal de Justiça de São Paulo:

“Vistos, relatados e discutidos êstes autos de agravo de petição n.º 79.773, da comarca da Capital, em que é agravante a Cia. Mineração São Mateus, e agravada a Fazenda do Estado.

Acordam os juizes da Quarta Câmara Civil do Tribunal de Justiça, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas pela agravante.

Trata-se de executivo fiscal movido contra a Cia. de Mineração São Mateus. Na constituição da sociedade, dois sócios entraram, para integralização de suas cotas, com terras, que transferiram para a firma, e com direitos sobre jazidas existentes nessas terras. Pagaram a sisa sobre a transferência das terras e nada pagaram sobre a transferência daqueles direitos.

A Fazenda do Estado, a título de diferença de sisa, reclama o impôsto de transmissão correspondente também àqueles direitos. O juiz lhe deu razão e condenou a executada a pagar a diferença de Cr\$ 552.724,80. Agravou a vencida, rebelando-se contra essa situação, que reputa injusta e ilegal, sobretudo pelo desvirtuamento da posição jurídica e de fato tomada desde o início pelo fisco.

Assim é que não se cogitou de diferença de sisa. Desde a primeira iniciativa, os agentes da Fazenda pretendiam cobrar impôsto sobre transferência de direitos. Assim correu o processo administrativo e assim, afinal, foi inscrita a dívida, conforme se vê do talão de fls. 3, que instrui a inicial, onde consta, expressamente, o seguinte: “Transferência de direitos de lavra de calcário no sítio Lavrinhas”. Tal transferência não está sujeita a impôsto e só ao apagar das luzes, no processo administrativo, foi que a habilidade de um procurador fiscal adaptou o caso a um princípio jurisprudencial, contido no acórdão de que foi Relator o Desembargador Pedro Chaves, no qual se firmou

que “se o imóvel contém jazidas desta ou daquela natureza, é claro que essa circunstância deve influir na avaliação... para efeito da cobrança da sisa” (*Revista dos Tribunais*, vol. 187-361). O fato, porém, prossegue o agravante, é que não se cogitou nem se cogita, na espécie *sub judice*, senão de impôsto sobre transferência de jazida, o que é ilegal.

O agravo foi processado regularmente.

Não tem razão o agravante. Não se trata de deslocamento de *questio facti* e de *questio juris*, como pretende. Alienando o imóvel e transferindo seus direitos à jazida, verificou o fisco que o preço da alienação foi desmembrado, quanto a um e quanto a outro aspecto, mas que, inegavelmente, ambos constituem um só ato, conceituado como transmissão de domínio de coisa imóvel, sendo que, na apuração de seu valor pode e deve computar-se o direito de explorar minas, que, embora sujeito a regime federal específico, não se exclui do potencial econômico do prédio vendido. Se o processo administrativo foi iniciado com nomenclatura errada, só posteriormente ajustando-se o fato ao direito, nem por isso desvirtua-se a legitimidade da cobrança, certo que a executada defendeu-se bem e amplamente. Nem há-de objetar-se que não foi intimada para processo de diferença de sisa, que teria outros termos e rumos, inclusive feitura de avaliação. Esta, como é óbvio, seria desnecessária, porque a Fazenda não discorda do valor da verba, apenas pretendeu sua inclusão no preço global para a incidência. Em suma, desde o início do debate, quis o fisco o impôsto correspondente ao valor dos direitos transmitidos e se só posteriormente integrou-se seu conteúdo legal (composto do valor desses direitos na fixação do valor do imóvel transmitido), não há cuidar de surpresa e injuridicidade, porque a função das instâncias administrativas e judiciárias é, exatamente, esta de dar aos fatos debatidos conceituação legal.

Por tais fundamentos, nega-se provimento ao recurso.

São Paulo, 31 de janeiro de 1957”.

A Companhia de Mineração São Mateus recorre, extraordinariamente, com apoio no permissivo constitucional, letra a.

Diz o recorrente ter a decisão ofendida a letra do art. 19, n.º III, da Constituição federal, e arts. 4.º e 10 do Código de Minas, além dos arts. 43, 44 e 674 do Código Civil.

Argumenta: ler.

O recurso está arrazoado e a Procuradoria-Geral opinou:

“O presente recurso envolve, antes de tudo, uma questão de fato, a incorporação ou não da jazida aos bens pertencentes à recorrente e sujeitos à transmissão.

Embora sob o ponto de vista jurídico e econômico, deva-se admitir a autonomia das jazidas minerais, é bem certo que, na hipótese, tratando-se do impôsto sobre incorporação de bens para integralizar cotas de sociedade comercial, não seria lícito desmembrar os bens em apreço.

Não há questão de direito, e ainda menos, questão federal a apreciar no presente recurso, do qual não se deve conhecer e, ainda menos, dar provimento.

Distrito Federal, 31 de julho de 1957.
— *Themistocles Brandão Cavalcanti*, Procurador da República.

Aprovado. — *Carlos Medeiros Silva*, Procurador-Geral da República”.

E' o relatório.

VOTO

O Sr. Ministro Lafayette de Andrada (Relator) — A letra a está afastada, não ampara o recurso, porque a decisão se afastou de qualquer questão federal, nenhum preceito de lei foi ofendido.

Acentuou o acórdão:

“Não se trata de deslocamento de *questio facti* e de *questio juris*, como pretende. Alienando o imóvel e transferindo seus direitos à jazida, verificou o fisco que o preço da alienação foi des-

membrado, quanto a um e quanto a outro aspecto, mas que, inegavelmente, ambos constituem um só ato, conceituado como transmissão de domínio de coisa imóvel, sendo que, na apuração de seu valor, pode e deve computar-se o direito de explorar minas, que, embora sujeito a regime federal específico, não se exclui do potencial econômico do prédio vendido”.

Realmente, só há questão de fato, e o Procurador-Geral muito bem notou:

“Embora sob o ponto de vista jurídico e econômico, deva-se admitir a autonomia das jazidas minerais, é bem certo que, na hipótese, tratando-se do impôsto sobre incorporação de bens para integralizar cotas de sociedade comercial, não seria lícito desmembrar os bens em apreço”.

Não conheço do recurso.

VOTO

O Sr. Ministro Afrânio Antônio da Costa — Sr. Presidente, *data venia*, conheço do recurso e lhe dou provimento. A exposição feita pelo eminente advogado, realmente me convenceu, face ao disposto no art. 152 da Constituição, que diz:

“As minas e demais riquezas do subsolo, bem como as quedas d'água, constituem propriedade distinta da do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial”.

E, no art. 153:

“O aproveitamento dos recursos minerais e de energia hidráulica depende de autorização ou concessão federal, na forma da lei”.

Ora, Sr. Presidente, a lei que regula a exploração das lavras conforma-se, integralmente, com a Constituição. O proprietário não tem mais direito, como outrora, à propriedade do subsolo; êle, atualmente, é proprietário do solo. Quando houver exploração de jazida ou lavra, o subsolo pertence à União e, tanto assim, que depende de autorização da União, tendo o proprietário do solo a preferência. Êle tem apenas a preferência. O que êle transferiu foi o di-

reito de lavra, não foi a propriedade do subsolo, que não a tinha, que cabe à União.

De sorte que, *data venia*, ousou divergir do seu douto voto, conhecendo do recurso e lhe dando provimento.

VOTO

O Sr. Ministro Antônio Vilas-Boas — Sr. Presidente, em realidade a parte se insurge contra essa cobrança, isto é, contra o aumento da sisa, correspondente à propriedade do subsolo.

Conheço do recurso e lhe dou provimento.

VOTO

O Sr. Ministro Ribeiro da Costa — Sr. Presidente, *data venia*, acompanho

os eminentes colegas que divergiram de V. Excia., isto é, conheço do recurso e lhe dou provimento em parte.

DECISÃO

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte: Conheceram do recurso e lhe deram provimento, vencido na preliminar e no mérito o Presidente (Exmo. Sr. Ministro Lafayette de Andrada, Relator).

Provido o recurso, pelos votos dos Exmos. Srs. Ministros Afrânio da Costa (substituto do Exmo. Sr. Ministro Rocha Lagoa, que se encontra em exercício no Tribunal Superior Eleitoral), Vilas-Boas, Hahnemann Guimarães e Ribeiro da Costa.